

" Agir localmente ~~para~~ pensar globalmente "

Critérios sobre métodos de acção e formas de organização

1. O documento " Para um aprofundamento da democracia " resumia as principais premissas de que partimos.

A sua difusão despertou esperanças e constituiu para nós uma responsabilidade. Temos agora de prosseguir, em conformidade com os compromissos que assumimos na parte final do texto.

2. Ao longo deste tempo fomos amadurecendo colectivamente alguns critérios acerca dos métodos de acção e das formas de nos organizarmos. Ao avançar, vale a pena formular esses critérios que agora se tenta, sob a forma de proposta.

3. Uma nova prática política

As instituições políticas convencionais têm-se mostrado inadequadas e viciadas, ao mesmo tempo que as políticas económicas se encontram num impasse, polarizadas como estão por um modelo de desenvolvimento assente no crescimento contínuo. Por outro lado, as inovações tecnológicas, os novos movimentos sociais, as transformações culturais, bem como a explosão demográfica, o esgotamento de certos recursos naturais, a ameaça da destruição nuclear, tudo isso cria novas situações que exigem novas respostas. Os poderes dominantes presos a concepções políticas, económicas e sociais ultrapassadas e desvirtuadas - estão incapazes de encontrar soluções para estas novas situações. Não nos basta " modernizar " o antigo, precisa

→ mos de descobrir o novo. Não chega rectificar alguns erros da prática política, temos de encontrar uma outra prática.

→ 4. Um dos nossos objectivos é o de dignificar a democracia representativa. Defendemos a aproximação entre as instituições e o povo, de modo a que os eleitos pelo voto popular expressem realmente os interesses sociais. Por isso desenvolveremos a nossa capacidade de intervenção, de crítica e de proposta perante/os órgãos de soberania, os organismos autárquicos e em geral as estruturas do Estado.

5. Confiamos na democracia directa, ou seja, na participação activa de todos os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito. Por isso nos empenhamos em promover todas as formas de democracia participativa, nos locais de trabalho e de residência, ou nas mais diversas manifestações de associativismo.

Intervenção social transformadora

6. Privilegiamos a intervenção social transformadora.

Se a nossa responsabilidade política se exerce também ao nível do poder do Estado, ela só será enraizada e fecunda se se dirigir prioritariamente à transformação da sociedade. Por isso nos empenhamos em que os processos de transformação que germinam na sociedade portuguesa se articulem e ganhem expressão actuante. Muitas iniciativas dispersas já em curso poderão assim obter maior influência política e adquirir maior capacidade técnica, ao mesmo tempo que outras novas iniciativas surgirão, de modo a revitalizar o



conjunto das nossas relações sociais, desde a produção até ao consumo, desde a utilização dos serviços públicos até aos sistemas de informação e de cultura.

7. Na nossa intervenção transformadora estaremos atentos à permanente articulação entre o político, o económico e o cultural. Assim evitaremos que a política seja o exercício de um poder meramente formal, que a economia seja reduzida à tecnocracia e que a cultura seja um luxo de privilegiados. A nova prática que procuramos englobará pois um novo projecto político, um novo modelo económico e uma nova concepção cultural.

8. Um dos nossos principais critérios é o de agir localmente para pensar globalmente. Procuraremos que a nossa actuação seja concreta e enraizada, a partir do nível local, ou seja, como vimos os locais de trabalho e de residência e as estruturas associativas. Tal enraizamento, porém, tem de vir a par com a crescente capacidade para aprofundarmos a nossa visão global das questões. Os problemas concretos de uma fábrica ou de uma escola, de uma cooperativa ou de um quartel, só podem ser compreendidos à luz do que se passa na cidade, na região, no país e mesmo - cada vez mais - no mundo inteiro. Assim, a intervenção social transformadora tenderá para a definição de políticas sectoriais e, em última análise, de um projecto político global. A intervenção local será pouco a pouco inseparável de uma actuação que diga respeito ao conjunto da sociedade, incluindo o nível das relações internacionais. A prática concreta contribuirá para formular programas globais e os programas contribuirão para orientar a prática concreta. Por isso, o processo que agora desencade-

amos será necessariamente "localizado", descentralizado, regionalizado, mas também crescentemente globalizado através justamente da interligação do local e do sectorial.

9. A qualidade ética

Individualmente não reivindicamos qualquer pretensa "superioridade moral", mas colectivamente propusêmo-nos restituir à prática política a qualidade ética. De entre as exigências que esse empenhamento representa, temos salientado algumas que importa registar.

10. Antes de mais a lealdade, que não é só o respeito pelos compromissos assumidos, como ainda a eliminação do espírito de manobra em que costumam ser peritos os "iniciados" na "política". Esta atitude terá a ver também com a correcção de processos a fim de impedir em absoluto que as pessoas, individual ou colectivamente, se possam sentir instrumentalizadas ou manipuladas.

11. Ligada ao ponto anterior, a clareza aparece como uma exigência igualmente fundamental. O nosso panorama político está tão cheio de linguagens cifradas, de subentendidos e de segundas intenções, de jogos de intoxicação, que se impõe uma linguagem clara e directa que possa restituir a credibilidade às palavras e a dignidade à comunicação humana.

12. Fora de qualquer "moralismo", como se a boa vontade bastasse para resolver os problemas sociais e políticos ou como se o nosso comportamento se limitasse ao do "grupo de amigos", teremos porém de cultivar novas formas de convivência que pre-



nunciem a sociedade fraterna por que lutamos, sem sistemas de dominação, sem elitismos, mas antes com a qualidade da relação que humanize a vida colectiva.

13. O rigor científico

Embora aqui o termo "científico" tenha de ser entendido em sentido amplo, já que o domínio sócio-político não se confunde com o das ciências exactas, os nossos métodos devem guiar-se pela preocupação de rigor, indispensável à seriedade da acção política.

14. Como dizíamos, temos de actuar longe da improvisação e do amadorismo, renunciando à facilidade das ideias feitas ou à superficialidade das análises infundadas. O caminho que empreendemos, tem de assentar no diálogo entre as populações e os técnicos, sem que haja uns a ensinar e outros a aprender, mas diálogo onde todos aprendemos uns dos outros. Daí que os grupos a constituir deverão agregar "técnicos" e "não técnicos", para fugir aos meros gabinetes de "especialistas", ao mesmo tempo que o trabalho será - sempre que possível - interdisciplinar para garantir a complementariedade das perspectivas.

15. Outra preocupação fundamental será a do enraizamento na realidade, única forma de ultrapassar o ideologismo abstracto e o verbalismo vazio. Passou o tempo dos esquemas de argumentação política construídos sobre grandes princípios que, dedutivamente, se vão traduzindo em programas, sem cuidar da sua adequação à realidade concreta do país. A via de elaboração de um projecto a



adoptar, hoje, é uma via indutiva, a construir sobre a experiência, a reflexão e o empenhamento na procura de soluções.

16. Finalmente o rigor científico deverá traduzir-se no espírito crítico e no livre debate de ideias, contra todas as formas de dogmatismo. Simultaneamente teremos de desenvolver a nossa capacidade para formular as aquisições da experiência, registando e difundindo os ensinamentos da prática colectiva.

17. A inovação cultural

Confiamos na criatividade do processo que agora desenlace e na sua potencialidade para gerar novos fenómenos culturais, recusando sermos consumidores passivos de uma "cultura" massificada e dirigida, mas ousando sermos criadores, tanto de ideias e projectos, como de poesia e arte, como ainda de todas aquelas inovações que possam transformar o nosso quotidiano ( os modelos de convivência, a relação com a terra e o ambiente, a relação entre o homem e a mulher, os padrões e estruturas de consumo ... ).

18. Para isso será importante o reconhecimento da diversidade e do enriquecimento mútuo que ela encerra. Contra a uniformização, valorizaremos a nossa diversidade: diversidade geográfica e cultural, diversidade de qualificações e de práticas profissionais, diversidade de experiências sociais e políticas, diversidade de situações pessoais, de níveis de motivação e de graus de disponibilidade.

19. Por último, a inovação cultural leva-nos ainda a desafiar muitas concepções correntes e a libertar muitas energias abafadas: precisamos de novos paradigmas para reflectirmos a realidade social e de novos padrões para a transformação das estruturas e do próprio exercício do poder político, sempre na direcção do aprofundamento da democracia.

20. As formas de organização

O modo de nos organizarmos decorre, evidentemente, das premissas de que partimos e dos métodos que adoptamos. Como um organismo vivo que se auto-organiza, assim também nós temos de encontrar as formas da nossa própria organização.

21. A necessidade de organização surge por vários motivos: dar corpo aos compromissos que assumimos; superar o informalismo da fase inicial; garantir a unidade de referência para todos os grupos e pessoas que se empenharem; assegurar a interligação do que é diverso e do que está disperso; garantir a democraticidade e a responsabilização de todo o processo; potenciar a nossa capacidade de intervenção aos vários níveis - local, sectorial e global.

22. Para corresponder a esta necessidade e para concretizar os critérios anteriormente formulados, as formas organizativas terão estas características: abertura, contra qualquer sectarismo; flexibilidade, de modo a integrar a diversidade; carácter progressivo, para encontrar em cada fase do processo o tipo de organização que lhe é adequado; descentralização, para garantir o sentido "localizado" e regionalizado da acção.



23. A primeira função da estrutura organizativa será a de interligar a reflexão / acção no quadro da intervenção social transformadora. Interligar, antes de mais, os grupos que já actuam neste cumprimento de onda. Interligar, além disso, todas as novas iniciativas e os novos grupos que se formem, estimulados por este processo de alargamento da participação democrática.

24. Por isso, tarefa prioritária a todos os níveis é a realização de um inventário vivo, ou seja, o levantamento e o reconhecimento dos movimentos já em curso que estejam em sintonia com o documento " Para um aprofundamento da democracia ".

*(estruturas coordenadas)*

25. Assim, poderão registar-se três tipos de adesão: a adesão de colectivos enquanto tais ( associações, comissões, cooperativas, movimentos, colectividades, grupos de intervenção, grupos de estudo ... ) que mantêm a sua completa autonomia mas que assumem formalmente a sua interligação <sup>com</sup> a este movimento; a adesão de pessoas ligadas a colectivos, ou seja, pessoas que já têm uma prática de intervenção organizada nos domínios sociais, políticos ou culturais mas que não representam formalmente as estruturas em que se integram; finalmente a adesão de pessoas a título individual, que não enquadram em nenhuma actividade social anterior, mas que desejam empenhar-se no âmbito deste movimento.

26. Feito o inventário vivo, registadas as adesões, como então interligar? essencialmente de duas formas: ou por zona geográfica ou por área / tema. Provavelmente, nos meios mais pequenos é natural que predomine o agrupamento por zona geográfica: a pequena



dimensão do nível local ( a aldeia, a vila, o bairro ...) permitirá um tratamento mais global das questões. Em contrapartida nos meios urbanos de maior dimensão é natural que surjam agrupamentos mais especializados, em torno de interesses sectoriais ( o emprego, o consumo, a energia, a escola ... só para exemplificar ), isto é, em torno de áreas / temas.

27. Em cada um destes tipos de grupos participarão tanto pessoas que representam colectivos, como pessoas ligadas a colectivos; como ainda pessoas a título individual. Além disso, como vimos, deve haver a preocupação da interdisciplinaridade e da interligação da diversidade de experiências.

28. Para interligar é ainda indispensável proporcionar inter-conhecimento da acção, a fim de aprofundar pela reflexão e tratamento políticos e técnicos essa mesma acção, de modo a desenvolvê-la e a reforçá-la.

29. Em ordem a alargar este inter-conhecimento seria lançado um Inter-comunicador com publicação regular, como meio de ligação importante mas também como instrumento de reflexão / acção.

Inclusivamente merece ser acolhida e apoiada a proposta de criar uma cooperativa de informação que dinamizasse todo o processo informativo no interior do movimento e para o exterior.

30. Além das reuniões habituais dos grupos a constituir, devem realizar-se periodicamente encontros regionais e duas vezes por ano encontros de âmbito nacional.

23

31. No conjunto deste movimento de interligação da intervenção social transformadora, a escolha das áreas / tema deve ser feita com grande espontaneidade para permitir que a reflexão / acção se enraíze verdadeiramente nos interesses reais.

Todavia, também será útil identificar os eixos dessa reflexão / acção a que, colectivamente, se atribui prioridade, em função da sua pertinência social e do seu potencial agregador. Será pois normal que se seleccionem algumas grandes áreas / temas, em torno das principais questões políticas, económicas, sociais e culturais.

32. Para assegurar a interligação é ainda necessário criar estruturas de coordenação a nível regional e nacional. Quanto ao nível regional, na presente fase, haverá apenas três estruturas, correspondendo respectivamente ao Norte, Centro e Sul. Posteriormente serão criadas todas as que se justificarem. Cada uma destas estruturas regionais organiza-se autónomamente, em função das realidades concretas.

33. Quanto à estrutura de coordenação nacional será composta por dezoito pessoas, das quais seis em representação do nível regional ( duas por cada uma das três regiões iniciais ), outras seis que deverão ter um elevado grau de disponibilidade e de empenho de modo a assegurar tarefas permanentes e, finalmente, mais seis que sejam escolhidas pela sua reconhecida competência profissional e pelo seu prestígio político.

44. Todas estas estruturas serão transitórias ( em trânsito

para ...), até que a evolução do movimento exija novas formas de representatividade. De qualquer maneira, não têm em rigor atribuições de direcção política, mas as suas funções são as seguintes:

- 2 - interligar grupos, colectivos e pessoas, de acordo com os critérios e objectivos atrás formulados
- 3 - estimular e animar as iniciativas locais
- 5 - registar o inventário vivo, proporcionar contactos
  - conservar e ter à disposição dos grupos a documentação do movimento
  - difundir publicações
- 4 - convocar encontros regionais ou nacionais e garantir a sua democraticidade
- 6 - apoiar a elaboração de documentos que surjam dos grupos da zona ou de áreas / temas
- 1 - intervir junto dos órgãos do poder e da opinião pública, assumindo posições em consonância com o movimento
- 7 - coordenar a obtenção de meios financeiros e gerir os fundos.

35. Quanto aos meios de financiamento, podem-se avançar desde já estas sugestões:

- na altura da adesão, tanto os colectivos como as pessoas, darão uma contribuição inicial
- cada iniciativa que implique custos ( reuniões, deslocações, publicações ... ) será, sempre que possível, auto-financiada, quer dizer paga pelos participantes

- os colectivos que aderirem formalmente poderão colocar alguns dos seus recursos técnicos à disposição do movimento
- lançar um apelo público para envio de fundos.

36. As estruturas de coordenação nacional e regional adoptão a designação de Grupos de Apoio e Ligação - GAL.

37. O conjunto do movimento adopta a designação de

Fundação Cuidar o Futuro

